

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ-CCCO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**CECÍLIA DE JESUS SOUSA SILVA COSTA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO:  
DESAFIOS DA UNIDADE ESCOLAR MARANHÃO SOBRINHO DA CIDADE DE  
TIMBIRAS-MA.**

**CODÓ-MA  
2022**

CECÍLIA DE JESUS SOUSA SILVA COSTA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO:  
DESAFIOS DA UNIDADE ESCOLAR MARANHÃO SOBRINHO DA CIDADE DE  
TIMBIRAS-MA.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó-CCCO, como requisito para a obtenção do título graduada em Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa

**CODÓ-MA  
2022**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

COSTA, Cecilia de Jesus Sousa Silva.

Inclusão de Alunos Com Deficiência no Ensino Remoto :  
desafios da unidade escolar maranhão sobrinho da cidade de  
TIMBIRAS-MA / Cecilia de Jesus Sousa Silva COSTA. - 2022.  
48 p.

Orientador(a): Cristiane Dias Martins da COSTA.  
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Desafios dos professores. 2. Educação Inclusiva.  
3. Ensino Remoto. I. COSTA, Cristiane Dias Martins da.  
II. Título.

CECÍLIA DE JESUS SOUSA SILVA COSTA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO:  
DESAFIOS DA UNIDADE ESCOLAR MARANHÃO SOBRINHO DA CIDADE DE  
TIMBIRAS-MA.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó-CCCO, como requisito para obtenção de grau em licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora Profa. Dra. Cristiane Dias Martins Costa

---

Profa. Esp. Marlene Rodrigues Alves

---

Prof. Dº. Aziel Alves de Arruda

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus que sempre esteve ao meu lado, me orientando e dando forças para continuar durante minha jornada acadêmica.

Também quero agradecer a minha família, meus sogros que cuidaram dos meus filhos para eu poder estudar. Minha mãe Regina que sempre me apoiou, pois, era o sonho dela que eu fizesse um curso de nível superior. Em especial quero agradecer meu marido que sempre me apoiou e deixou muitas coisas de lado para eu poder concluir meu curso.

Agradeço a toda à turma pela experiência, por conhecer um pouco da realidade de alguns. Agradecer meu grupinho de trabalho Nayara, Gardênia e Zélia que sempre foi um prazer fazer atividade com vocês. Sou grata pelas aprendizagens que tive nos trabalhos em grupos e nos estágios que contribuíram grandemente para minha formação.

Além disso, sou grata por todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação, que souberam nos compreender, tiveram paciência para nos ensinar e deram seus melhores para podermos aprender. Sou muita grata a tudo isso, pois, vocês contribuíram bastante para meu crescimento profissional e principalmente pessoal. Em especial quero agradecer a professora Cristiane que teve toda paciência durante a orientação do meu trabalho, que mesmo em dúvidas bobas, ela esclarecia de forma sábia.

Por fim! Sou grata por toda experiência adquirida durante esses quatro anos de curso e que com certeza fez muita diferença em minha vida.

## RESUMO

Apesar de muitas discussões, e até mesmo documentos mundiais que defende a Inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, a Educação Inclusiva ainda vem se mostrando como um grande desafio. Considerando o momento atual, em decorrência da pandemia da COVID-19, a educação se tornou um desafio ainda maior, no qual os professores e alunos vêm se adaptando com esse novo formato de ensino no qual está sendo usado para que o desenvolvimento educacional não seja comprometido. Assim, a pesquisa “Inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto: desafios da Unidade Escolar Maranhão Sobrinho da cidade de Timbiras-MA” teve como objetivo analisar como acontece a inclusão dos alunos com deficiência na escola, considerando esse novo formato de ensino remoto. Esta pesquisa de abordagem qualitativa, foi organizada mediante uma pesquisa de campo, que para obtenção dos dados foram utilizados como instrumentos de pesquisa dois questionários um para a gestora e outro para as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, através do Google Form e WhatsApp. Afim de, analisar os principais desafios enfrentados pela equipe escolar diante desse novo cenário que a pandemia impôs no que tange ao acesso e permanência das crianças com deficiência durante o ensino remoto da cidade de Timbiras-MA. Para tanto, alguns objetivos específicos foram necessários, como: Verificar as práticas inclusivas realizadas pelos docentes para incluir os alunos com alguma necessidade educacional especial no ensino remoto; Identificar os principais desafios enfrentados pela gestora e professores para promover uma Educação Inclusiva de qualidade; Conhecer estratégias do campo educacional para incluir as crianças com deficiência no ensino regular. A pesquisa bibliográfica foi baseada a partir de alguns documentos como a Constituição Federal, Declaração de Salamanca (1994), LDB (1996) além de outros documentos oficiais, também foram utilizadas algumas obras como Mantoan (2003), Gil (2005), Batalla (2009), Caceres (2009) e outros autores que tratam da Educação Inclusiva. Os resultados mostraram que vários são os desafios enfrentados pela gestora e professoras em acompanhar os alunos com deficiência, e que um deles está ligado principalmente à falta de formação dos professores para acompanhar esses alunos, pois os professores não se sentem capacitados para atender esses alunos garantindo assim uma prática educacional e efetivamente inclusiva. Dessa forma pode-se dizer que esses alunos estão sendo acompanhados, porém não se pode dizer que é um ensino totalmente inclusivo pois ainda há essa necessidade de planejamento pela equipe escolar e também por partes das Secretarias de Educação quando se trata da Educação Inclusiva.

**Palavras- chave:** Educação Inclusiva; Ensino Remoto; Desafios dos professores.

## **ABSTRAT**

Despite many discussions, and even world documents that defend the inclusion of people with disabilities in regular education, Inclusive Education is still proving to be a great challenge. Considering the current moment, as a result of the COVID-19 pandemic, education has become an even greater challenge, in which teachers and students have been adapting to this new teaching format in which it is being used so that educational development is not committed. Thus, the research "Inclusion of students with disabilities in remote teaching: challenges of the Maranhão Sobrinho School Unit in the city of Timbiras-MA" aimed to analyze how the inclusion of students with disabilities in school takes place, considering this new format of remote teaching. This qualitative-quantitative research was organized through a field research, which to obtain the data, two questionnaires were used as research instruments, one for the manager and another for the teachers of the initial series, through Google Form and WhatsApp. In order to analyze the main challenges faced by the school team in the face of this new scenario that the pandemic has imposed regarding the access and permanence of children with disabilities during remote teaching in the city of Timbiras-MA. To this end, some specific objectives were necessary, such as: Checking the inclusive practices carried out by teachers to include students with some special educational need in remote teaching; Identify the main challenges faced by the manager and teachers to promote a quality Inclusive Education; Know strategies in the educational field to include children with disabilities in regular education. The bibliographic research was based on some documents such as the Federal Constitution, Declaration of Salamanca (1994), LDB (1996) in addition to other official documents, some works such as Mantoan (2003), Gil (2005), Batalla (2009), Caceres (2009) and other authors dealing with Inclusive Education. The results showed that there are several challenges faced by the manager and teachers in accompanying students with disabilities, and that one of them is mainly linked to the lack of teacher training to accompany these students, as teachers do not feel qualified to assist these students by guaranteeing thus an educational and effectively inclusive practice. In this way, it can be said that these students are being monitored, but it cannot be said that it is a fully inclusive education because there is still this need for planning by the school team and also by parts of the Education Departments when it comes to Inclusive Education.

**Keywords:** Inclusive Education; Remote Teaching; Teacher challenges.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Educação Inclusiva: conceito e história.....	12
1.1 Conceituando a Educação Inclusiva.....	12
1.2 Principais marcos da trajetória da Educação Inclusiva brasileira. ....	15
2. A discussão inclusiva e o ensino remoto da cidade de Timbiras-MA ....	23
2.1- Breve histórico da cidade de Timbiras-MA.....	23
2.2- Contexto da rede de ensino da cidade de Timbiras-MA.....	24
2.3 Escola participante da pesquisa .....	27
3. Pandemia e a inclusão no ensino remoto.....	29
3.1 Percurso Metodológico .....	29
3.1- Dados obtidos a partir do questionário aplicado para a gestora.....	31
3.2- Inclusão no ensino remoto e os desafios da equipe docente. ....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS .....	43
APÊNDICE A.....	46
APÊNDICE B.....	47
APÊNDICE C.....	48



## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil ainda é um grande desafio, principalmente quando se trata da inclusão no ensino regular, apesar da mesma já está prevista nos documentos como a Constituição Brasileira de 1988, que no seu art. 208, inciso III, “aponta o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 que reafirma no seu art. 58 que “trata da educação especial, que a modalidade de educação escolar seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino,” ao qual muitas das vezes na prática não está acontecendo. Apesar das leis assegurarem os direitos dos alunos com deficiência dentro do ensino regular sabe que na prática nem tudo que está nas leis condizem com a realidade.

Diante do momento atual, em decorrência da pandemia do COVID-19, a educação se tornou um desafio ainda maior, no qual os professores e alunos vêm se adaptando com esse novo formato de ensino no qual está sendo usado para que o desenvolvimento educacional não seja comprometido. Foram várias medidas tomadas para evitar o contágio do vírus, uma delas foi o fechamento das escolas, tendo que trabalhar de forma remota, o que já não era fácil agora se tornou mais difícil, pois o desafio de acesso e participação efetiva das crianças com deficiência se tornou ainda mais difícil.

O interesse pela temática surgiu a partir da disciplina Educação Inclusiva que é ofertado no curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó- CCCO. No decorrer dessa disciplina pude observar o quanto a Educação Inclusiva é importante, percebi que nos documentos oficiais os direitos estão garantidos de forma muito satisfatória, porém, observei durante o estágio supervisionado que na realidade das escolas acontece de forma diferente. Diante desse contexto, tive a curiosidade de conhecer como está acontecendo à inclusão, durante a pandemia, na escola Unidade Escolar Maranhão Sobrinho da cidade de Timbiras, Maranhão.

Dessa forma, o estudo pretende conhecer os principais desafios enfrentados pela equipe escolar diante desse novo cenário que a pandemia impôs no que tange ao acesso e permanência das crianças com deficiência durante o ensino remoto da cidade de Timbiras-MA. Assim, a pesquisa “Inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto: desafios da Unidade Escolar Maranhão Sobrinho da cidade de Timbiras-MA” teve como objetivo geral analisar como acontece a inclusão dos alunos com deficiência na escola, considerando esse novo formato de ensino remoto. Para tanto, alguns objetivos específicos foram necessários, como: Verificar as práticas inclusivas realizadas pelos docentes para incluir os alunos com alguma necessidade educacional especial no ensino remoto; Identificar os principais desafios enfrentados pela gestora e professores para promover uma Educação Inclusiva de qualidade; Conhecer estratégias do campo educacional para incluir as crianças com deficiência no ensino regular.

Para dar conta de responder os objetivos, a pesquisa foi organizada metodologicamente em dois momentos: a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2008, p.50), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Dessa forma, com o intuito de atingir os objetivos desta pesquisa, foram feitas a análise de alguns documentos como a Constituição Federal, Declaração de Salamanca (1994), LDB (1996) além de outros documentos oficiais, também foram utilizadas algumas obras como Mantoan (2003), Gil (2005), Batalla (2009), Caceres (2009) e outros autores que tratam da Educação Inclusiva. A segunda etapa consiste no trabalho de campo, que foi realizado na Unidade Escolar Maranhão Sobrinho. Durante a pesquisa foi aplicado um questionário contendo perguntas objetivas e subjetivas (não obrigatória) aos professores e gestora de escola. O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi o Google Forms e WhatsApp. E por fim foi realizado a análise dos dados obtidos.

Para uma melhor compreensão desse estudo, esta pesquisa foi dividida em três seções, na primeira seção será abordado o conceito da Educação Inclusiva como também aspectos históricos que contribuíram para o avanço da Educação Inclusiva brasileira com base em documentos oficiais.

A segunda seção vem apresentando o contexto histórico do município, junto com sua origem, além disso, apresenta algumas informações do contexto da rede pública de ensino de Timbiras em relação ao ensino remoto, junto com as ações

tomadas pela Secretaria de Educação nesse período pandêmico, por fim nessa mesma seção é apresentada a escola ao qual a pesquisa aconteceu.

Na terceira seção a proposta é apresentado o percurso metodológico, junto com os dados dos questionários que foi aplicado para a gestora e as professoras da escola pesquisada, analisando como que está sendo feito o acompanhamento dos alunos com deficiência e buscando conhecer e discutir quais os principais desafios enfrentados pela equipe escolar nesse período de pandemia.

## **1. Educação Inclusiva: conceito e história.**

Muitos não entendem o real significado da Educação Inclusiva nem mesmo sua importância e como ela pode influenciar na vida das pessoas. Nesse sentido, esta primeira seção tem o objetivo de abordar conceitos importantes que tratam da Educação Inclusiva dentro sistema regular de ensino. Além disso, aponta alguns marcos históricos que estão registrados em documentos oficiais que defendem a Educação Inclusiva para todos dentro do ensino regular contribuindo assim para o avanço da Educação Inclusiva Brasileira.

### **1.1 Conceituando a Educação Inclusiva**

A inclusão de pessoas com deficiências dentro do sistema regular de ensino, ainda é um grande desafio para todos, apesar de vários documentos defenderem a educação como direitos de todos, muitas escolas não têm a condição de acesso e permanência dentro do espaço escolar. Além disso, para se ter uma Educação Inclusiva é necessário que todos tenham consciência do significado de inclusão.

Segundo Mantoan (2003, p. 32)

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

A inclusão é a transformação que deve acontecer por completo não só dentro do sistema escolar, como também fora dele, além disso, para que a inclusão seja concretizada é preciso dar oportunidade para aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade. A Educação Inclusiva garante o direito de todos dentro do sistema educacional, que além de dar oportunidades de acesso também garante a permanência e a participação efetiva dentro desses espaços, garantidos o desempenho de todos sem exceção.

Portanto sabe-se das dificuldades que existem em torno da educação inclusiva e que nem sempre a construção de uma rampa resolverá o problema, pois sabemos que vários são os fatores que impedem que a inclusão realmente aconteça e esses

fatores podem estar relacionado principalmente pela falta de conhecimento, oportunidades e vários outros. Dessa forma, sabe-se que a escola é o melhor caminho para quebrar essas barreiras, pois é a partir dela que parte o conhecimento, que todos devem aprender juntos, oferecendo oportunidades para todos. No entanto, percebe-se que só matricular uma criança na escola comum em uma classe comum, não pode ser considerado inclusão, apesar de ser considerado um avanço histórico, pois para se ter inclusão é necessário o compromisso de todos que fazem parte do meio educacional, para assim promover uma educação de qualidade e um bom desenvolvimento escolar para todos. Rapoli et al. (2010) afirmam que:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças (RAPOLI et al, 2010, p.8)

A partir do supracitado compreende-se que a escola inclusiva é um espaço onde todos, independente das suas diferenças, tem a capacidade de trabalhar juntos em equipe, formando novos conceitos a partir de suas diferenças respeitando o limite de cada. Além disso, a escola inclusiva não limita o direito do aluno de participar ativamente das atividades que a escola propõe, porque o aluno possui alguma limitação.

A escola inclusiva ela parte de princípios que leva em consideração a necessidade do aluno, que faz questionamentos sobre suas práticas e além de tudo reconstrói suas práticas pedagógicas que levam a exclusão dos alunos com deficiência. Dessa forma, sua pedagogia é centrada no aluno, nesse sentido o autor Rapoli et.al (2010, p.9) afirma que “a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”. Sabe-se que tornar o ensino inclusivo não é uma tarefa fácil, pois essa mudança vai além da sala de aula.

De acordo com Gil (2005, p.16) “a Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo”. Com esse pensamento pode-se destacar a Declaração de Salamanca de 1994, além de outros documentos importantes como a Constituição Federal e Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de nº. 13.146/2015 que

garantem que a Educação Inclusiva é um direito e deve ser assegurado, garantido condições de igualdade; com isso, defendem a educação como direitos de todos, destacando a educação para pessoas com deficiência dentro do sistema de ensino.

Para Gil (2005), a deficiência de uma pessoa deve ser vista como mais uma característica entre as diferenças que o aluno pode ter, sendo assim o início para uma Educação Inclusiva. Dessa forma essa diferença deve ser respeitada, encontrando assim formas apropriadas para ensinar esse aluno dentro da sala junto aos demais colegas.

No Brasil, com a valorização dos direitos humanos, percebe-se os avanços em relação à inclusão, principalmente quando se trata da educação para todos, pois para isso muitas lutas foram intensificadas para que fosse evitado qualquer forma de desigualdade ou discriminação. Historicamente, as pessoas que fugissem dos padrões impostos pela sociedade, muitas vezes, eram isoladas dos demais sujeitos, sendo vistas como seres incapazes de realizar qualquer atividade e que com sua incapacidade poderia atrapalhar no desenvolvimento dos demais ditos como “normais”. Com toda essa rotulação o aluno com alguma deficiência ou dificuldade era colocado em classes especiais.

Na escola inclusiva quando se fala “Escola para Todos”, está se referindo a escola que acolhe as diversidades que fazem parte dos contextos sociais, essa diversidade está ligada as etnias, gênero, orientações sexuais, cultura... Fazendo com que haja essa convivência e promovendo trocas de experiências e respeito, deixando de lado preconceitos que a sociedade impõe a certos grupos. Com isso, compreende-se que o ponto de partida para a inclusão pode ser os espaços educacionais.

Além disso, é preciso compreender que a inclusão vai muito além de aceitar pessoas com deficiência dentro do espaço escolar, inclusão é aceitar e dar oportunidades para todos aqueles que por alguma razão a sociedade discrimina e acaba excluindo, tirando-lhe o direito de conviver em sociedade. Para Batalla (2009, p. 81) “a educação inclusiva constitui uma oportunidade para que uma parte significativa da população escolar não seja afastada do convívio e da riqueza que a diferença proporciona”.

Com os avanços das políticas públicas em busca por mudanças em relação ao ponto de vista que se tinham sobre as pessoas com deficiências, que por muitas vezes eram rotulados, discriminados ou até mesmo isolados por conta da sua deficiência, “o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial organizaram uma

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, com a intenção de orientar as escolas, famílias e comunidade acerca dos direitos adquiridos pelas pessoas com necessidades educativas especiais” (CACERES, 2009, p. 15).

A partir dessa nova visão em relação à Educação Inclusiva, tem-se um pequeno avanço na prática de educação especial. Dessa forma, as políticas públicas educacionais têm o dever de possibilitar e garantir sem nenhuma exceção a permanência de pessoas dentro do sistema educacional, de modo que, todos tenham as mesmas oportunidades e possibilidades de evolução dentro do sistema de ensino. Essa nova visão vem acompanhada de muitas lutas e reivindicações em prol dos direitos básicos não somente dentro do sistema de ensino como também fora dele. Portanto, é importante destacar os principais marcos históricos dentro da trajetória da educação especial brasileira.

## **1.2 Principais marcos da trajetória da Educação Inclusiva brasileira.**

No Brasil, a partir do século XIX e XX, novas visões em relação às pessoas com deficiências surgem, nesse mesmo período houve a fundação de algumas instituições públicas para o acolhimento das pessoas com deficiências. De acordo com Miranda (2008, p.31), “nessa mesma época houve a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos que aconteceu em 1854, e o Instituto dos Surdos-mudos em 1856”.

Essas duas instituições representam uma grande conquista para o início da inclusão tanto social e principalmente educacional para pessoas com deficiências, pois, nesse mesmo período não se tinha essa preocupação em criar escolas públicas voltada para esse público.

Com essa nova Política Nacional da Educação Especial (PNEE) na perspectiva inclusiva, que visa instituir políticas públicas, criando condições adequadas para o desenvolvimento das pessoas com deficiências, respeitando as diferenças individuais de cada um e também o atendimento individualizado, em 1926 foi fundado a Pestalozzi, que é especialista no atendimento as pessoas com deficiência mental e em 1854 foi fundada a primeira APAE. (CACERES, 2009).

No Brasil teve várias reformas dentro do sistema educacional, principalmente em relação à inclusão de deficientes dentro das escolas públicas no ensino regular. A

partir dessas reformas surgiu o movimento da Escola-Nova<sup>1</sup>, que tinha como proposta a criação de escolas diferentes das tradicionais que quase não se adequavam às transformações sociais (MIRANDA, 2008, p.32). Ainda segundo a autora, neste mesmo período, o movimento da Escola-Nova permitiu a penetração da psicologia na educação e o uso de testes inteligentes para diagnosticar os deficientes mentais.

Apesar de serem reformas inovadoras para a educação comparando que não se tinha muita assistência para o público deficiente dentro da escola pública, esses avanços foram contribuindo para o estudo da inclusão de uma forma mais ampla, garantindo pequenos avanços a partir de vários estudos feitos por pessoas que compreendem a importância dessas mudanças. Com esse pensamento, Miranda (2008 apud Dechichi 2001) contribui dizendo que:

Apesar desse movimento defender a diminuição das desigualdades sociais, sua influência na Educação Especial contribuiu para a exclusão dos indivíduos considerados diferentes nas escolas regulares. Ao ressaltar o estudo das diferenças individuais, propor um ensino adequado e especializado e adaptar técnicas de diagnóstico, os seguidores da Escola-Nova estimularam o processo de identificação de alunos que não conseguiam acompanhar as exigências da escola, mostrando a necessidade de eles receberem uma educação mais adequada, justificando, assim, sua segregação em classes ou escolas especiais (MIRANDA 2008 apud DECHINCHI 2001, p. 33)

Esses avanços em relação à inclusão das pessoas com deficiência se oficializaram a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no qual deixa claro que todo ser humano sem distinção alguma, de raça, cor, sexo ou gênero ou qualquer outra situação tem o direito de igualdade. Através de muitas lutas esse documento foi um dos pontos de partida, para vários outros documentos que defendem o direito a igualdade, dando oportunidades para todos, principalmente dentro dos espaços educacionais e sociais.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61 aponta o enquadramento das pessoas com deficiência, no sistema geral de educação, a fim de integra-los na comunidade. De fato, ainda não se tratava totalmente de inclusão, pois as pessoas com deficiência tinham que se adaptarem ao que já existia,

---

<sup>1</sup> Escola-Nova trata-se de um movimento de renovação do ensino. No Brasil, esse movimento se consolidou a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola-Nova em 1932. Além disso, esse novo modelo de educação critica o modelo tradicional e se articula a um novo ideário de ensino mais instigador. (LUSTOSA JR. 2005, p. 2-3)



não se tinha tanto esforço das pessoas ditas como “normais” em aceitá-los, a integração na comunidade garantia o acesso em diversos ambientes, porém tudo era muito superficial, no qual não se tinham muitas oportunidades e principalmente acessibilidades.

Apesar das dificuldades, as pessoas com alguma deficiência, pouco a pouco foram garantindo seus direitos, o que pode ser percebido em documentos importantes, que asseguram os direitos de todos. Entre eles, podemos destacar a Constituição Federal de 1988, que no art. 5 declara que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Com isso tem como objetivo promover o bem de todos sem qualquer discriminação, além disso, no seu art. 205 define a educação como um direito de todos, garantindo condições de igualdade para o acesso e permanência na escola e logo em seguida no art. 208 o documento declara que como dever do estado com a educação o atendimento educacional das pessoas com deficiência, aconteça preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da década de 80 além da Constituição Federal de 1988, outros documentos como a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB 1996 também foram importantes para abrir caminhos pra se promover a Educação Inclusiva.

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelecem a educação como direitos de todos na qual também garantem atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Em relação à Declaração de Salamanca (1994) que vem reafirmando e renovando o direito e a garantia de educação para todos independentes das diferenças individuais, além disso, esse documento reconhece as necessidades e a urgência de garantir educação para todas as faixas etárias com necessidades educativas especiais dentro do sistema regular de ensino.

Além disso, a Declaração de Salamanca (1994) no seu Art. 2º defende que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,

- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9)

Esta declaração aponta e defende os direitos a educação da criança e principalmente das crianças com deficiência dentro do sistema regular de ensino de modo que as instituições garantem uma educação de qualidade a todos a partir de propostas que contribuem para o desenvolvimento de todos.

De acordo com a LDB – Lei nº 9.394/96, no seu art. 59, ela assegura aos educandos com deficiência, currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; garantem também, terminalidade específica para as pessoas que por motivos de deficiência não conseguiu atingir o certo nível exigido para poder concluir o ensino fundamental, e também garante a aceleração dos estudos para os superdotados para concluir em menor tempo o programa escolar. Também define oportunidades de educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração dentro da sociedade. Ainda sobre a LDB de 1996 a mesma defende que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Outro avanço foi o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade criado em 2003, tendo como objetivo a transformação dos sistemas educacionais para um sistema educacional inclusivo, promovendo uma ampla formação de gestores e educadores, garantindo o direito de acesso a todos, o atendimento especializado e principalmente a acessibilidade. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO A DIVERSIDADE, 2005, P.9).

Em 2007, foi aprovado pela ONU a Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência, na qual estabelece que os Estados-Partes<sup>2</sup> devem assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

A) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

---

<sup>2</sup> a) "Estado Parte" significa cada um dos países signatários do presente Acordo e aqueles que a ele aderirem posteriormente". (BRASIL, 1999)

B) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007, Art.24)

Já em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um programa voltado à melhoria da educação básica, para isso o programa apresenta alguns eixos como: Educação Básica, sendo o principal foco do programa, que para isso requer toda uma articulação, como formação, valorização dos professores; Educação Superior, onde o programa visa à expansão do número de vagas e garantindo a qualidade, outro princípio complementar é a inclusão social; Educação profissional, que teve como iniciativa a ampliação dos institutos federais, algumas verbas para custeio foram recuperadas e também a integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA); Alfabetização, com o início do programa houve a valorização da alfabetização de jovens e adultos, através do programa Brasil alfabetizado, que foi reformulado pelo PDE e por último a diversidade que contempla a inclusão educacional para todos. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 15-37).

Em 2010, temos a Conferência Nacionais de Educação (Conae) que define e assegura que as políticas de educação especial devem acontecer na perspectiva da educação inclusiva, o programa defende ações voltadas a extinção das desigualdades. Voltado para a Educação Especial o Conae no seu eixo VI, (p. 132 a 135), garante tais políticas como: condições políticas, pedagógicas e financeira para o acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação básica e também superior, garante a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, garante a inclusão das pessoas com deficiências dentro do ensino regular, como também a participação da família, concretiza a valorização e também a formação de docentes e demais profissionais para o atendimento especializado, implementa sala de recursos multifuncionais direcionado ao atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, dentro das escolas públicas, cria parcerias entre o sistema educacional e as redes de saúde, amplia a equipe multiprofissional voltada a educação especial, estabelece diretrizes dentro das instituições de nível superior, em prol da inclusão voltada para a formação dos profissionais, inclui também Libras no currículo da educação básica, oficializando a profissão de tradutor a intérprete de Libras para surdos, também garante a transversalidade da educação especial no

ensino superior, criando ações para promover o acesso e permanência dos mesmo e também garanti recursos e serviços na educação básica e superior para a promoção da acessibilidade arquitetônicas de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em 2014 tem-se a aprovação do Plano Nacional de Educação, no qual apresenta 20 metas para a melhoria da educação do Brasil, seguindo com a proposta para a redução das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade, a 4ª meta é totalmente destinada a Educação Inclusiva no qual diz:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014 p.67)

Seguindo a política de Educação Inclusiva o ensino deve ser oferecido preferencialmente na rede regular e quando necessário deve ser oferecido o apoio especializado de forma complementar ou suplementar. Além disso, esses recursos da educação especial devem ser oferecidos dentro das escolas regulares e principalmente de forma transversal.

Neste contexto, é importante apresentar no que se refere a uma educação inclusiva o Plano Municipal de Educação- PME de Timbiras-MA, Lei de nº 07/2015, com vigência até o ano de 2025. Esse plano apresenta muitas expectativas de melhorias no âmbito educacional do município de Timbiras. No que se trata da Educação Inclusiva, o documento cita que, como primeiro passo a criação de uma Coordenação de Educação Especial, com profissionais especializados, além disso, tem o objetivo de criar políticas públicas e colocar em práticas leis que favorecem a inclusão das pessoas com deficiência. Essa coordenação ainda não existe, porém já está prevista no plano de ação da secretaria para o ano de 2022.

Consecutivamente o documento apresenta algumas metas e estratégias, uma de suas metas é universalizar, para a população de 4 a 17 anos de idade, o atendimento escolar dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, garantindo assim o atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais, escolas entre outros espaços, como forma complementar ou suplementar.

Como estratégias o documento apresenta:

[...]6.2 Promover cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência no que se referente as tecnologias assistivas em parceria com empresas do município para posterior inserção neste âmbito social;

6.3 Garantir a reestruturação dos espaços públicos, visando ao atendimento à acessibilidade das pessoas com deficiência, em todas as esferas sociais. [...]

6.5 Instituir nas escolas espaço no qual os familiares dos discentes interajam com conhecimentos pertinentes à educação inclusiva;

6.6 Garantir, no Projeto Político Pedagógico das escolas, a inclusão de ações voltadas ao atendimento à diversidade;

6.7 Ampliar a Formação Continuada na área de Educação Especial, no prazo de um ano, a partir da vigência do PME, oferecida aos profissionais da educação que atuam na rede regular, visando ao atendimento à diversidade;

6.8 Estabelecer critérios, na formação de classes inclusivas, no prazo de um ano a partir da vigência do PME, considerando o Número total de discente e aqueles que têm necessidades educacionais Especiais (N.E.E).

6.9 Assegurar a inserção e permanência de portadores de deficiência no sistema educacional, atendendo 80% da demanda, até o prazo de dois anos a partir da aprovação deste Plano; [...]

6.11 Garantir nas escolas, que têm discente surdo, a presença do profissional Intérprete e do professor itinerante para o Discente com deficiência visual, no prazo de dois anos, a partir da vigência do PME. [...]

6.13 Incluir, em dois anos, a partir da data de aprovação deste plano, o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – no currículo das escolas regulares;

6.14 Formar, em 01 (um) ano, a partir da aprovação deste Plano, redes com as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais, Instituições Especializadas, Conselhos, ONG's, Instituições de Ensino Superior e Terceiro Setor, para garantir o fortalecimento do atendimento especializado dos portadores de deficiências e dificuldades de aprendizagem;

6.15 Implantar, em quatro anos, após aprovação deste Plano, Centros Pedagógicos Especializados e Multidisciplinares, com fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, neurologistas, fisioterapeutas, profissionais de educação física, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e especialistas nas áreas de especificidades, para o atendimento e promoção do melhor desenvolvimento dos alunados com deficiências, matriculados na rede regular de ensino; [...]. (LEI. nº07/2015, p.53-54.)

Vale ressaltar que nem sempre o que está escrito nas Leis de fato acontece, com efeito, tem-se a meta 6.13 que trata de incluir o ensino de Libras dentro das escolas do município, ao qual ainda não foi cumprida, dessa forma, essa falha sempre será mais um ponto de partida para Educação Inclusiva não ser efetivada por completo.

Em 2015, foi criada a Lei Brasileira de Inclusão de nº 146 que assegura e promove a igualdade e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, principalmente na educação, que garante a inclusão e a qualidade em todos os níveis de ensino. Além disso, garante também condições de acesso e permanência através de recursos de acessibilidade eliminando as barreiras. (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO, 2015, p. 10, 19).

Atualmente, há uma nova proposta de Política Nacional de Educação Especial – PNEE, instituída pelo decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020. Esse atual

documento está gerando muitas críticas, uma vez que o mesmo, nos leva a entender que o governo defende o retorno das classes especializadas, valorizando assim a segregação dos alunos com deficiência.

De fato é triste ver esse retrocesso ao qual o governo impõe a sociedade, como se os vários anos de lutas para se sentir incluso tivesse data e hora marcada. Ademais fica nítido que o governo não se preocupa com as pessoas que são deficientes, que ao invés de criar estratégias, investir na formação de professores, criar metodologias adequadas para atender esse público, ele simplesmente opta por separá-los.

De fato observa-se que foram muitos os avanços relacionados à Educação Inclusiva, deixando claro sua importância não só dentro do contexto educacional como também fora dele, uma vez que a Educação Inclusiva é o início para a eliminação das desigualdades. Contudo, ainda há pessoas preconceituosas que infelizmente estão à frente nas tomadas de decisões. Sabe-se que, o processo de inclusão trata-se de uma grande revolução, que além de todas as políticas públicas é necessário o envolvimento de todos os profissionais que estão envolvidos nas práticas educacionais inclusivas, uma vez que, esse processo educacional irá refletir no futuro desses indivíduos.

Além disso, o processo de inclusão garante o direito de todos principalmente o direito de estudar em uma escola de ensino regular, tendo as mesmas possibilidades que qualquer outra pessoa sem deficiência. A escola inclusiva reconhece e respeita toda a diversidade, oferece oportunidades, respeita o tempo e o ritmo de cada aluno, tendo como consciência que todo mundo é capaz de aprender.

## **2. A discussão inclusiva e o ensino remoto da cidade de Timbiras-MA**

Cada vez mais as discussões pertinentes a esta temática fazem-se necessária, devido ao fato de que, cada vez mais precisa-se de uma sociedade inclusiva e que saiba respeitar as diferenças. Dessa forma, para poder discutir sobre a temática, além de várias pesquisas é de suma importância conhecer a realidade mais próxima, por isso, esta seção apresenta o contexto histórico da cidade de Timbiras-MA, apresentando informações sobre a rede pública de ensino e os desafios em relação a Educação Inclusiva no período remoto. Por fim, nessa mesma seção é apresentada a escola onde a pesquisa aconteceu.

### **2.1- Breve histórico da cidade de Timbiras-MA**

De acordo com o IBGE (2017) o município de Timbiras tem uma área territorial de 1.486Km<sup>2</sup> e conta com 29.241 habitantes, sendo vizinho dos municípios de Codó e Coroatá.

Segundo a Câmara municipal de vereadores (2021), No decorrer de sua história, a cidade recebeu vários nomes, como: Urubu, por conta da presença da tribo de índios que tinha o mesmo nome, logo foi substituído pelo nome de Porto Alegre e finalmente Timbiras. Os nomes são traços históricos de movimento sociopolíticos que procuravam uma melhor aceitação para a sociedade. (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 2021).

Em 1836 foi criado a Comarca de Urubu e dois anos depois por determinação da Lei providencial n. 68, de 21 de julho foi transferida para Codó, fazendo com que a vila entrasse em decadência.

Em 1900 os franciscanos e freiras capuchinhos chegaram instalando suas residências e logo trocaram o nome para Monte Alegre, sobre o argumento que não havia mais razões para a adoção do nome Urubu e que achavam pejorativo.

A partir de então, o território foi desmembrado de Codó e o município passa a ser independente, porém em 1931 sob intervenção de Urbano Santo, que era o interventor do Maranhão, alegou que o município criado não estava rendendo o suficiente para se manter como município, voltando assim, a fazer parte de Codó.

Com o passar de alguns anos, há um crescimento populacional, agrícola, crescimento do comércio e avanços nos aspectos políticos, todos esses

acontecimentos históricos, o município de Monte Alegre passa a ser denominado como Timbiras a partir do decreto lei estadual nº 820, de 30 de dezembro de 1943 pois se acreditava que antigamente os primeiros habitantes era uma tribo conhecida como Timbiras. (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 2021).

## **2.2- Contexto da rede de ensino da cidade de Timbiras-MA**

O município de Timbiras possui 44 escolas com anos iniciais, sendo 9 escolas na zona urbana e 35 na zona rural, que são redistribuídas em 4 polos que agrupam as escolas pequenas. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2019 como resultado o município atingiu a meta prevista de 4.3, mostrando um leve crescimento já que no ano de 2017 o município atingiu a nota 4.0. Apesar do avanço, percebe-se que é necessária uma articulação dentro do ensino que propicie um melhor desenvolvimento educacional dentro das escolas.

Diante da pandemia ao qual o país não estava preparado para enfrentar os desafios que a COVID-19 gerou em vários setores e principalmente no setor educacional, a necessidade de os professores reinventar novas metodologias para continuar promovendo a educação.

Em Timbiras, os professores de início não sabiam como agir diante da situação, tendo dificuldade para ministrar aulas, toda via uma das alternativas pensado mundialmente para dar continuidade ao ensino, seria o ensino de forma remota, tendo como recursos os meios digitais. O uso das tecnologias digitais para o município foi algo muito novo e até mesmo repudiado por alguns professores e algumas famílias, uma vez que, os professores não possuíam capacitação para utilizar as ferramentas digitais, além de alunos e até mesmo professores não possuírem internet em casa.

Referente às Políticas públicas da Educação Inclusiva. No Brasil percebe-se que há vários obstáculos que impedem os avanços dentro do Ensino Inclusivo, como falta de capacitação, recursos entre outros. Dessa forma, o município de Timbiras também passa por dificuldades para articular e aplicar as políticas públicas. De forma muito lenta o município iniciou algumas ações, a fim de aprimorar os direitos de políticas públicas voltadas as pessoas com deficiência, como o direito da criança dentro do ensino regular, com isso sobre orientação da Secretaria de Educação



(SEMED) as escolas passaram por uma reestruturação dos espaços físicos para receber esses alunos.

Segundo Cavalcante e Jiménez (2020, p.05) para manter a qualidade do ensino em uma situação normal é necessário que exista uma parceria entre o professor da sala comum e o professor do AEE, essa parceria se torna ainda mais importante na situação pandêmica.

Considerando que o município não dispõe de um Centro de Atendimento Especializado (AEE) essa parceria se tornou improvável, portanto, segundo a coordenadora pedagógica do município no ano de 2019 houve uma parceria com uma equipe especializada para fazer o diagnóstico e avaliação das crianças da qual as escolas relatavam que tinham alguma dificuldade de aprendizagem. Com a falta de professores de AEE, como ação a secretaria dispõe professores auxiliares para atender os alunos com mais dificuldades. Vale ressaltar que nem todos os professores auxiliares possuem formação na Educação Inclusiva, e que essa seleção feita pela secretaria de educação para atender os alunos com mais dificuldades se dá por meio de alunos que estão cursando ou já cursaram algum curso de nível superior na área da educação.

Diante deste contexto, percebe-se grandes dificuldades em relação ao ensino remoto, percebe-se que a desigualdade social, que muitas das vezes passava por despercebida, foi exposta pela pandemia. A realidade pandêmica explicitou a discriminação existente em torno das pessoas vulneráveis seja ela por não ter condições financeiras, ou por ter alguma deficiência, deixando claro que a educação que era para “todos” nem sempre alcança a todos. Com esse mesmo pensamento Cury et. al (2020, p. 01) aponta que, “a pandemia desabou o nosso cotidiano rotineiro e escancarou a desigualdade existente na sociedade, e, por consequência, do sistema educacional. A desigualdade de acesso à informação e tecnologia, bem como a de oportunidades apresentaram-se na pauta educacional”.

Sabe-se que boa parte das pessoas que são de grupos vulneráveis se encontram em extrema pobreza e que não possuem recursos para comprar celular, computador e até mesmo ter internet de qualidade para assistir uma aula. Assim, durante o ensino remoto esses alunos acabaram tendo o ensino comprometido. Com isso, a educação não pode ser dita que está sendo para todos, pois uns tem condição de participar das aulas de forma remota recebendo ali toda orientação pelo professor e outros não, havendo uma contradição do que está escrito nos documentos oficiais

como a Constituição, Declaração de Salamanca e vários outros documentos que defendem a educação como direito de todos e que também garante e assegura condições de acesso e permanência aos alunos. Dando uma ênfase também na Educação Inclusiva na qual esses mesmos documentos apontam que a escola deve atender as necessidades dos alunos com deficiência garantindo assim o ensino a todos.

Dessa forma, em relação à Educação Inclusiva no período de pandemia, a escola tem o papel de promover meios e também considerar diversas situações que contribuem para o acesso à educação, atendendo as necessidades não só dos alunos que não apresentam necessidades educacionais especiais, como também dos alunos com deficiência. Vale ressaltar que, segundo a coordenadora pedagógica da secretaria de educação, no período de pandemia não houve formação específica voltada para a Educação Inclusiva, porém antes da pandemia tiveram algumas formações, no entanto, não se teve mais informações detalhadas de como estaria sendo essa formação oferecida pela secretaria.

Com todas as dificuldades em relação ao ensino remoto a Secretaria de Educação de Timbiras junto aos professores e gestores, percebendo que a necessidade de formação em relação ao uso das tecnologias para continuar promovendo a educação era um dos grandes desafios, além de perceberem que nem todos os alunos tinham como acompanhar as aulas de forma online, optaram pela entrega de atividades impressas que tinha que ser devolvida pelos alunos a cada 15 dias. De certa forma para os professores esse foi o meio mais eficaz e que atendia a necessidade da maioria dos alunos no atual momento, entretanto outro grande desafio posto foi aproximar a família da escola.

A realidade das famílias considerando as suas condições econômicas e sociais se tornou um empecilho para alguns pais e responsáveis acompanharem seus filhos na tarefa escola, o que provocou o abandono escolar. Preocupados com a situação as escolas buscaram sempre se interagir com as famílias, os professores criaram grupo de WhatsApp, para explicar as atividades que eram passadas e que os pais não sabiam como ensinar. Além disso, os grupos de conversa foram essenciais para a interação entre aluno e professor e professores e família no intuito de trazer o aluno para a escola.

A Secretaria de Educação em Timbiras vem desenvolvendo algumas ações para o ano letivo de 2022, dentre essas ações, tem-se presença de uma assistente

social para auxiliar as escolas, lembrando que essa ação faz parte da meta do PME de 2015/2025 de Timbiras. Outra ação proposta pela secretaria para o ano de 2022 é a adequação do PPP para incluir estratégias relacionadas para a educação especial.

### **2.3 Escola participante da pesquisa**

É importante destacar que a escolha da escola participante da pesquisa, se deu por motivos de ser uma escola fácil localização dentro da cidade, além disso, a escola atende alunos com deficiências, além do mais, popularmente por se tratar de uma escola pública, a escola é a mais renomada pelo seu nível de bom desenvolvimento educacional, uma vez que a mesma apresenta a maior taxa de aprovação dentro do IDEB em comparação com as demais.

A escola Maranhão Sobrinho foi fundada em 23 de fevereiro de 1945, sobre o mandato do prefeito Abimael Esser Bezerra Ribeiro (1944-1945). A escola fica localizada na Rua Urbano Santos, no centro da cidade de Timbiras. O nome dado à escola foi em homenagem ao escritor e jornalista José Américo Augusto Olímpico Cavalcante dos Santos Maranhão Sobrinho (1879-1915), sendo ele um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras (FRAZÃO et. Al, p.44, 2018). Vale ressaltar que a escola participante da pesquisa, faz parte da esfera municipal de ensino, e que apesar das dificuldades das redes públicas de ensino, a escola é bem conceituada na cidade.

Atualmente a escola atende cerca de 250 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental nos turnos matutino e vespertino. A escola possui no total 30 funcionários, sendo distribuídos da seguinte forma: uma gestora, um agente administrativo, dois coordenadores, 16 professores, 6 zeladores e 4 vigias. Em relação à estrutura física a escola possui 5 salas de aulas, sala da diretoria, 1 cantina, 2 banheiros e um pequeno pátio aberto para evento.

Ao mesmo tempo em que a escola é bem localizada por ser no centro da cidade, a mesma apresenta situações de perigo para os alunos, pois ela fica muito a frente das ruas e a mesma não têm muros, quando chega o horário de saída dos alunos é colocado cones na rua interditando a passagem de carros e motos o que provoca um grande movimento naquele momento, pois se trata de uma rua principal onde passa caminhões, e vários outros veículos grandes.

**FOTO 1 - Fachada da escola**

Fonte: própria da pesquisa

A rede municipal de ensino vem enfrentando diversas barreiras para intensificar o apoio da Educação Inclusiva, principalmente quando se trata de inclusão de pessoas com deficiência. Conforme mencionado por Glat (2011), acessibilidade arquitetônica precária, falta de capacitação e de suporte especializado para os professores, grande números de alunos nas turmas, e pouco tempo para o professor regente realizar um trabalho diferenciado.

Contudo, do ponto de vista arquitetônica, as adaptações físicas da escola para atender crianças com deficiência ainda deixa muito a desejar, pois como mencionado acima essa acessibilidade dentro do ambiente escolar ainda é muito precária, pois a mesma só possui rampas e banheiros adaptados porém a escola vem trabalhando nessas adaptações evitando a superlotação dentro das salas de aula, para que haja acessibilidade na locomoção dos alunos. Dessa forma, a escola atende cerca de 250 alunos, no ano de 2020 apenas 4 era de inclusão e no ano de 2021 esse número aumentou pra 5 alunos de inclusão por alguma deficiência.

### **3. Pandemia e a inclusão no ensino remoto**

Para desenvolver uma pesquisa é necessária toda uma estratégia com metodologias que favoreça a mesma. Dessa forma, nesta terceira parte será apresentado o percurso metodológico adotado para essa pesquisa, em seguida serão apresentados os dados do questionário que foi aplicado tanto para a gestora como para as professoras da escola participante da pesquisa, analisando assim, como vem acontecendo o acompanhamento dos alunos com deficiência, buscando também saber quais os principais desafios enfrentados pela equipe escolar.

#### **3.1 Percurso Metodológico**

Estudar como vem acontecendo a inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto tem sido um grande desafio que implica numa análise de conhecer os obstáculos que surgiram ao longo do tempo para se obter uma Educação Inclusiva, além disso, é importante conhecer a realidade da educação nesse período de pandemia.

A pesquisa foi dividida em duas etapas, a primeira etapa desta pesquisa aconteceu mediante um levantamento bibliográfico, a partir de autores e discussões que tratam da Educação Inclusiva. Para isso, foram feitas análises de alguns documentos como a Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), LDB (1996), Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007), Plano de Desenvolvimento de Educação-PDE (2007), Conferência Nacional de Educação – CONAE (2010), Plano Nacional de educação (2014), Lei Brasileira de Inclusão (2015), Plano Municipal de Educação de Timbiras-MA- PME (2015) e a Política Nacional de Educação Especial- PNEE (2020). Foram utilizadas também algumas obras como Mantoan (2003), Gil (2005), Miranda (2008), Batalla (2009), Caceres (2009), Rapoli (2010), Picolle (2010), Cavalcante et. al. (2020) Cury et.al. (2020) e Corrêa (2020), que são autores que tratam de Educação Inclusiva.

A segunda etapa trata-se da pesquisa de campo, que aconteceu na Unidade Escolar Maranhão Sobrinho, situada no município de Timbiras-MA. A pesquisa aconteceu de forma remotamente por meios de questionários aplicado a gestora e professoras.

A estratégia metodológica dessa pesquisa se enquadra dentro da metodologia qualitativa de caráter investigativo. Foram aplicados dois questionários um para a

gestora (APÊNDICE 1) e o outro para os professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais (APÊNDICE 2) da escola pesquisada, do total de 16 professores, apenas quatro responderam o questionário que continha 13 perguntas objetivas e subjetivas. As análises realizadas estão baseadas na coleta de dados que aconteceu por meio do Google Forms e WhatsApp.

Neste sentido é importante mencionar o porquê do uso do questionário por meio de plataformas digitais, pois diante do momento delicado que a pandemia propôs, esse foi o instrumento mais propício para o atual momento que requer distanciamento social evitando assim a proliferação do vírus conhecido como Coronavírus. Além de tudo, o uso do questionário permite uma maior agilidade dos dados coletados, com esse mesmo pensamento Gil (2008) aponta algumas vantagens em relação ao uso do questionário.

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2008 p.122)

O questionário aplicado à gestora apresenta o perfil profissional da gestora e também alguns dados da escola. As perguntas direcionada a gestora foram, sobre seu tempo de docência, formação acadêmica, tempo no cargo como gestora. Além disso, foram feitas algumas perguntas, como: Quantos alunos estão matriculados na escola? Quantos alunos com deficiência estavam matriculados no ano de 2020 e 2021? Foram feitas questões referentes ao cenário da pandemia, para saber como estava sendo feito o acompanhamento dos alunos com deficiência dentro do ensino remoto? Foi pontuado as principais dificuldades enfrentadas para promover uma educação inclusiva entre outras questões.

O questionário aplicado aos professores também buscou conhecer o perfil profissional de cada docente. As perguntas direcionadas aos professores foram em relação sua atuação docente e sua relação com alunos com deficiência dentro do ambiente escolar. Considerando a pandemia foi levantado questões sobre o acompanhamento dos alunos deficientes no ensino remoto.

### **3.1- Dados obtidos a partir do questionário aplicado para a gestora.**

De início entrei em contato com a gestora através do WhatsApp, me apresentei e falei um pouco da minha pesquisa e do que se tratava, logo apresentei os questionários que pretendia aplicar tanto para ela como para os professores para poder obter os dados para minha pesquisa. Enviei dois questionários no dia 16 de setembro de 2021 um para gestora e o outro para ela repassar para os professores, pois eu não tinha contato com os mesmos. Nesse mesmo dia a gestora respondeu ao questionário enviado, já em relação ao questionário enviado para os professores, tive um pouco de dificuldade, pois como mencionado antes de 16 professores apenas quatro responderam ao questionário.

De acordo com as respostas obtidas pela gestora em relação ao seu tempo de trabalho como docente foram 24 anos, a mesma possui graduação em pedagogia e como gestora ela já está atuando a 4 anos e 8 meses, na Unidade Escolar Maranhão Sobrinho no município de Timbiras, Maranhão.

De início para poder aplicar o questionário buscamos saber se na escola tinha alunos com deficiência matriculados, de acordo com a resposta fornecida pela gestora, ela falou que no ano de 2020 tinha 4 alunos com deficiência e em 2021 teve 5 alunos com deficiência matriculados na escola. Além disso, de acordo com a gestora, só alguns possuem laudo médico. Para mais, ela falou que dos alunos com laudos, alguns são autistas e que entre esses alunos um possui deficiência visual.

Em relação à pandemia, a gestora respondeu que está tendo apoio para atender os alunos com deficiência, porém não citou qual tipo de apoio. A gestora também respondeu que está sendo feito um acompanhamento diferenciado com as crianças com deficiência. Entrando em detalhes, busquei saber como seria esse acompanhamento e na fala dela, ela cita que a escola não tem recursos, nem pessoas especializadas para trabalhar com esses alunos, além da falta de formação para atender os alunos com deficiência. Nesse sentido, a atividade diferenciada trata-se de atividades impressas, porém com conteúdos mais fáceis, pois de acordo com a fala da gestora esses alunos não conseguem acompanhar os demais.

Percebe-se que o baixo rendimento escolar do aluno muitas vezes está ligado pelas definições de fracasso escolar, que rotulam os alunos como incapazes, tornando a não adaptação do conhecimento como problema do aluno. (PICOLLE, 2010. p.12)

Dessa forma, quando se trata da Educação Inclusiva as escolas deixam muito a desejar, tratando-se de uma inclusão superficial, o que com certeza não levará ao desenvolvimento de nenhuma parte, tanto do aluno como do professor. Com isso é necessário o envolvimento de todos, a escola precisa ampliar os olhares em relação às dificuldades individuais de cada aluno, desfazendo o pensamento de que o aluno não aprende porque ele é deficiente, colocando-o sempre como o único culpado. Sabe-se que o desafio da Educação Inclusiva dentro das salas de aula não é uma tarefa fácil, porém Picolle (2010, p.10) assegura que é “necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”.

Entretanto, quando o assunto é inclusão de alunos com deficiência dentro das escolas regulares, percebe-se a insegurança por grande parte dos gestores e professores em trabalhar com esses alunos, por não saber lidar com as diferenças e dificuldades da Educação Inclusiva.

A escola inclusiva é aquela que implica em mudanças que vão além da estrutura física, além disso, sabe-se que para se ter uma escola inclusiva é necessária uma reformulação dos currículos, com propostas pedagógicas inovadoras que alcance as necessidades individuais de cada aluno, para isso o professor deve levar em consideração as experiências vividas dentro das salas de aula, tendo consciência da importância e necessidade da formação continuada. Além de tudo, diante das dificuldades encontradas para acompanhar os alunos com deficiência é necessário que os profissionais da educação busquem se aperfeiçoar, para poder orientar seus alunos, proporcionando assim uma Educação Inclusiva de qualidade.

Sabe-se que o processo de inclusão não é fácil, pois requer o comprometimento de todos para que a Educação Inclusiva aconteça, com esse pensamento foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas para promover uma Educação Inclusiva, a partir do ensino remoto. Em resposta a gestora apresenta que é o acesso aos alunos. Além disso, ela cita que essa dificuldade se tornou maior com a pandemia, pois o acompanhamento seria de forma remota, e que muitos dos alunos não dão o retorno das atividades que eram enviados para casa.

Compreende-se que não está sendo fácil promover a inclusão dos alunos com deficiência no ensino remoto, muitos estão com dificuldades ou até mesmo não sabem como agir diante dessa situação, mais é de suma importância que todos se envolvam e busquem se aprofundar na importância que é a Educação de forma inclusiva.



Cavalcante; Jiménez (2020, p.06) apontam que “é necessário que a escola crie e oportunize ações inclusivas de acesso e permanência para diminuir as barreiras que estão impedindo a plena participação desses alunos nas aulas remotas.” Com tudo, é imprescindível a participação de todos principalmente quando se trata do planejamento para atender os alunos com deficiência, contudo a escola precisa está ciente que ela é a chave que abre portas para a vida em sociedade desses alunos que por muito tempo eram vistos como incapazes e que não tinham espaço dentro da sociedade.

A Declaração de Salamanca (1994) aponta que:

[...] as escolas devem acolher a todas as crianças independentes das suas condições física, sociais, linguísticas ou outras. Desta forma, devem acolher crianças com deficiência ou sobredotados, também devem incluir crianças da rua ou que trabalham crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.6).

Além de tudo, a escola deve levar em consideração o estado ao qual as crianças se encontram, portanto, a escola deve promover uma educação de qualidade para todos, usando metodologias que alcance a necessidade individual de cada um, não limitando o aluno por suas características individuais, ao invés disso, a escola deve romper as barreiras que impedem o desenvolvimento individual de cada um.

É nítido que o ensino de forma remoto causou um impacto na educação, prejudicando a muitos principalmente aqueles que dependem da rede pública de ensino, onde nem todos tem condição de acesso às tecnologias. Essas dificuldades atingiram todo o sistema educacional, principalmente as redes pública de ensino, pois a mesma não estava preparada para essas mudanças de forma repentina, além da falta de recursos, como computadores, internet de qualidade na escola, tem-se a questão da falta de formação, pois nem todos os docentes têm formação para manusear recursos tecnológicos.

Outro desafio é atender os alunos com deficiência de forma remota, pois percebe que a rede pública de ensino de maneira geral está tendo dificuldade em lidar com a situação, ficando alguns alunos deficientes sem o acesso ao ensino remoto. Dessa forma, temos conhecimento que é impossível tornar a Educação Inclusiva da noite para o dia. Pois, de certa forma as escolas apresentam um grau de dificuldade no acesso a todos os alunos, principalmente de forma remota da qual uns conseguem

participar das aulas e outros não, promovendo assim a exclusão e até mesmo levando a desistência desses alunos.

Além da dificuldade que a escola apresenta em relação ao acesso dos alunos com deficiência, foi questionado se a escola tem professores com formação específica para trabalhar com os alunos com deficiência, porém a gestora pontuou que os professores não têm esse tipo de formação. Outra questão abordada foi saber se a escola realiza formações que venham capacitar seus educadores para acompanhar os alunos com algum tipo de deficiência ou dificuldade no ensino remoto, outra vez a resposta foi que não aconteceu uma formação específica.

De acordo com os dados obtidos, percebe-se que os alunos com deficiência de certa forma não estão sendo assistidos. Pois, não estão recebendo apoio ou qualquer acompanhamento por parte da escola, o que aborda claramente a contradição que existe entre a lei e a realidade, como exemplo é possível citar a Lei Brasileira de Inclusão (2015, p.12) que em seu artº 4º garante que “toda pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Vale ressaltar que as escolas são reflexos de uma sociedade desigual e que para possibilitar uma educação equitativa para todos seria necessário políticas públicas sociais para favorecer o acesso e a participação efetiva de todos os estudantes.

Dando continuidade ao questionário foi interrogada sobre quais projetos a escola tem desenvolvido para atender os alunos com deficiência no tempo de pandemia. Além disso, buscamos investigar se a escola está realizando algum projeto ou qualquer outra atividade que aproxime a família dos alunos com deficiência. Em relação as questões levantadas acima, nos leva refletir sobre como se encontra a situação dos alunos que nesse período de pandemia não estão participando das atividades escolares, pois a escola não realiza nenhum projeto para atender esses alunos, além disso, não realiza nenhum projeto para trazer a família para a escola para que haja essa parceria entre escola e família que tanto é cobrada pelas próprias escolas.

Segundo Corrêa (2020) é necessário compreender as necessidades individuais de cada estudante com deficiência, e sempre que necessário fornecer software, e programas que garantem sua participação. Ainda segundo o autor citado acima é ressaltado que, “a escola deve garantir materiais em vídeos que tenham legendas

impressas [...] e que os exercícios e materiais didáticos sejam compatíveis com a possibilidade e capacidade do aluno” (CORRÊA, 2020, p. 20).

Dessa forma é necessário que haja esse envolvimento por partes de todos os órgãos competentes, fazendo com que os gestores públicos criem parcerias com os principais interessados que são os pais, gestores, professores, profissionais especializados que trabalha com o público deficiente, promovendo assim ações inclusivas nesse período pandêmico, fazendo com que os alunos participem e consigam um bom desenvolvimento educacional durante esse período de pandemia.

### **3.2- Inclusão no ensino remoto e os desafios da equipe docente.**

O questionário aplicado aos professores apresenta dados relacionados ao perfil profissional docente e os desafios da educação inclusiva de forma remota. Os questionários foram enviados no dia 16 de setembro de 2021, porém nem todos os professores responderam ao questionário. Um desafio foi entrar em contato com os professores, pois no primeiro momento apenas dois dos 16 professores responderam ao envio do questionário pelo WhatsApp. Então mesmo sendo difícil o encontro presencial por conta da pandemia, tive que ir à escola, porém na visita só encontrei duas professoras e acabei fazendo as perguntas do questionário de forma presencial, pois elas não conseguiram responder por meio do celular.

Para melhor visualização, a seguir será apresentada uma tabela com o perfil profissional dos quatro professores participantes da pesquisa. Ressalta-se que as professoras que participaram da pesquisa serão nomeadas por nomes de pedras preciosas, tal como, Jade, Pérola, Esmeralda e Rubí, sendo assim, no decorrer da pesquisa as professoras participantes serão citadas com esses nomes, preservando assim suas identidades.

Tabela 01 – Perfil das professoras

<b>Tabela com perfil profissional das professoras</b>				
	<b>Formação</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Tempo de docência</b>	<b>Séries/anos de atuação</b>
Jade	Licenciatura/história	Regente	23 anos	1º ao 4º ano
Pérola	Pedagogia	Regente	25 anos	1º ano
Esmeralda	Pedagogia	Regente	18 anos	2º ano
Rubí	Pedagogia	Regente	15 anos	5º ano

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Percebe-se que as professoras já possuem uma vasta experiência dentro das salas de aula, ademais é importante destacar que as turmas possuem uma quantidade que varia de 25 a 30 alunos e entre eles encontram-se os alunos com deficiência. Ainda é importante destacar que todas as professoras já trabalharam com alunos com deficiência. Dessa forma, logo será apresentada uma tabela com os dados obtidos em relação a quantidades de alunos com deficiência que cada professora acompanha na escola pesquisada.

**Tabela 02-** Quantidades de alunos com deficiência que cada professora acompanha por turma.

	<b>Professora Jade</b>	<b>Professora Pérola</b>	<b>Professora Esmeralda</b>	<b>Professora Rubí</b>
Turma (1º ano ensino fundamental)	Um aluno com autismo	Um aluno com autismo		
Turma (2º ano ensino fundamental)	Um aluno com deficiência visual		Um aluno com autismo	
Turma (3º ano ensino fundamental)				
Turma (4º ano ensino fundamental)				
Turma (5º ano ensino fundamental)				Um aluno com autismo

Fonte: elaborada pela autora, 2022

Dando continuidade, é importante destacar que de acordo com as respostas obtidas através do questionário, das quatro professoras participante da pesquisa apenas a professora Jade possui um curso na área da educação especial. Observa-se que há uma contradição entre a fala da gestora e da professora Jade, pois no questionário aplicado a gestora ela fala que a escola não tem professores com formação para atender os alunos com deficiência, no entanto a professora Jade afirma que possui um curso na área da Educação Especial Inclusiva, dando-se a atender que existe um pouco de falta de comunicação entre a equipe.

Sabe-se da importância do professor dentro da sala de aula e de como ele pode influenciar no futuro dos alunos, dessa forma, é importante destacar que para se ter uma Educação Inclusiva de qualidade para todos é necessário, mas não é suficiente, ter uma formação de nível superior para fazer a diferença dentro da sala de aula. Portanto, é de suma importância que o professor faça a diferença a partir de suas experiências como docente, para isso é necessário que o mesmo tenha vontade de ensinar a todos, fazendo o uso de sua criatividade, buscando métodos adequados a partir da necessidade individual de cada um. Além disso, a escola inclusiva junto com

os profissionais especializados tem esse papel de ajudar o professor durante o processo educacional.

Buscando saber como está o nível de frequência participativa dos alunos no ensino remoto, as professoras Jade, Pérola e Esmeralda falam que mesmo com as dificuldades do ensino remoto, estão entrando em contato com esses alunos e que todos participam, elas tem o retorno das atividades que são enviadas. A professora Rubí pontuou que, no turno matutino todos os alunos participam já no turno vespertino somente metade da turma está participando. Em relação aos alunos com deficiência, a professora Jade fala que o aluno com deficiência visual participa do ensino de forma remota, já o com autismo, ela fala que ele participa, porém com menos frequência, a professora Pérola faz essa mesma colocação em relação ao aluno com autismo.

Dando continuidade, quando questionadas sobre como está acontecendo o acompanhamento dos alunos com deficiência, as professoras relataram que o acompanhamento desses alunos está acontecendo a partir de atividades impressas e vídeo aulas. Como falado antes pela gestora, essas atividades diferenciadas são as mesmas atividades, porém com conteúdos considerados fáceis.

Com a chegada da pandemia tanto as escolas como os alunos e as famílias tiveram dificuldades de se adaptar a esse novo formato de ensino. Vários são os problemas, dentre eles podemos destacar a falta de recursos, de familiaridade para saber lidar com a tecnologia e o desafio se torna ainda maior para atender os alunos com deficiência de forma remota, uma vez que nem todos os professores possuem formação específica para atender esses alunos nem de forma presencial. Além dessas barreiras, outro fator que pode acarretar no afastamento dos alunos nesse período de ensino remoto é a não participação da família junta à escola, pois dessa forma os alunos que não tem esse incentivo para estudar por parte da família, não vê a importância da educação e de como isso irá influenciar no seu futuro.

Quando questionadas sobre quais as dificuldades enfrentadas para acompanhar os alunos com deficiência, a professora Esmeralda relata que é: “o acompanhamento familiar,” na sua fala ela ainda cita que “eu montei cadernos diferenciados, assim também como os vídeos aulas, porém não tive retorno”. Já as demais professoras relataram que o maior desafio é a falta de formação para lidar com esses alunos de forma remota.

A família tem papel importante quando se trata do contexto educacional, pois, é dentro desse grupo que a criança começa a compreender seus valores e seu papel

diante da sociedade. A partir disso, Reis (1989, p. 99) aponta que “é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir”.

Levando em consideração a participação da família em relação às atividades escolares é importante destacar que no período de pandemia esse acompanhamento se tornou mais difícil, pois os pais não estavam preparados para se tornar professor do seu filho, além disso, devem-se considerar as dificuldades das famílias que tem duas, três ou mais crianças que precisam fazer uma atividade e a mãe ou pai não tem tempo ou não sabe como ensinar.

Outra realidade triste de muitas famílias que impede o desenvolvimento educacional de uma criança e que deve ser levado em consideração é as condições sociais de vulnerabilidade ao quais muitos lares familiares se encontram em estado de muita pobreza e que por algum motivo uma mãe, pai ou qualquer responsável não tiveram a oportunidade de serem alfabetizados e não sabem como ensinar seus filhos e que depende unicamente do professor para realizar uma atividade.

Dessa forma, a pandemia demonstra o quão o Brasil não estava preparado, para essa situação que querendo ou não revelou o quanto os sistemas educacionais de ensino estão despreparados para lidar com situações de emergências, revelando que o avanço educacional ainda é pouco, considerando que uma criança pode deixar de ser alfabetizada porque o pai ou mãe não são alfabetizados, não tendo como ensinar seu filho e as escolas não estão preparadas ou não tem recursos que alcancem a necessidade de todos.

Com relação ao questionamento para saber se as professoras recebem apoio por parte da gestão para promover uma Educação Inclusiva, as mesmas responderam que sim, no entanto, a gestora fala que a escola não promove nenhuma capacitação para os professores, no que se refere a Educação Inclusiva no período remoto. Porém a professora Jade respondeu que antes da pandemia a turmas contava coma presença de uma auxiliar para está acompanhado mais de perto os alunos que possuíam mais dificuldade.

A triste e pura realidade de muitas escolas públicas do Brasil é o despreparo por parte não só das equipes escolares, como também dos órgãos públicos, que não sabem ou não querem lidar com a situação da qual nos encontramos. Contudo, não se busca nesta pesquisa buscar um culpado considerado os professores, equipe

gestora, alunos ou gestores, pois sabemos que o problema é muito maior considerando a enorme desigualdade social do nosso país que não permite que todos possam ter direito básicos como: a educação, moradia, saúde entre outros direitos que são essenciais para a vida humana.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que ainda é preciso muito esforço para que se concretize a tão sonhada Educação Especial Inclusiva para todos. Logo quando se fala de Educação Inclusiva nos remete logo a pensar na inclusão de pessoas com deficiência, porém sabemos que a Inclusão deve ser pra todos, assim como um ensino inclusivo de qualidade, portanto sabemos que as pessoas com deficiência são as que mais são excluídas de diversos espaços sociais, logo sendo julgado como incapazes.

Durante a pesquisa pode-se observar as dificuldades encontradas pela gestora e professoras para acompanhar os alunos com deficiência, além do mais, deve-se considerar que a escola pesquisada é só mais uma de muitas escolas brasileiras que passou por esses mesmos desafios do ensino remoto. Porém também observamos que é necessário um envolvimento maior não só por parte da escola, como também dos órgãos competentes do âmbito educacional.

Além do mais, a pesquisa apontou que diante do imediatismo, os professores passaram por grandes desafios, mostrando-se despreparados para o ensino remoto. Pôde-se observar durante a pesquisa que a falta de formação para atender os alunos com deficiência tem sido um desafio ainda maior, pois os mesmos não passaram por nenhuma formação durante a pandemia e muitos se encontravam sem estratégias para atender esses alunos. Contudo, as professoras, buscaram trabalhar mesmo com a insegurança, pelo fato de não possuírem formação, apenas uma possui formação, mesmo assim possui dificuldades pelo fato do ensino ser remoto.

Todavia, meio a falta de formação, recursos, dificuldades para lidar com as tecnologias e as dificuldades dos pais em acompanhar os filhos nesse período, para não deixar essas crianças totalmente sem acompanhamentos optaram por usar vídeo aulas e atividades com conteúdos considerados fáceis para os alunos com deficiência.

Certamente vários são os desafios, obstáculos esses que definitivamente contribuem para a insegurança do profissional dentro da sala de aula e também no desenvolvimento educacional desses alunos.

Mas é necessário que os professores junto com a equipe busquem se aprimorar mais, principalmente quando se trata de inclusão, que por muitas vezes sabem do que se trata, porém não sabem como pôr em prática no dia a dia dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, novamente afirmo que é necessário um comprometimento maior, não só por parte dos demais órgãos do sistema educacional como também por parte da escola, pois infelizmente a mesma não cria nenhum projeto para atender os alunos com deficiência.

De fato, não se julga um gestor ou um professor, pois sabemos que a mudança não deve partir somente deles, porém eles devem querer e fazer parte da mudança para que de fato o compromisso de intensificar tais ações voltadas para as pessoas com deficiência sejam concretizadas.

Por fim, logo aponto que essa pesquisa foi de extrema importância para minha vida profissional e pessoal, ainda mais por conhecer como vem acontecendo o desenvolvimento da Educação Inclusiva próximo da minha realidade, ao mesmo tempo a pesquisa suscitou em mim sentimentos de aflição ao ver tantas lutas em prol da Educação Inclusiva parecer em vão, pois de certa forma ainda existe muito a se fazer para que a Inclusão aconteça dentro dos espaços escolares.

Finalmente essa pesquisa me fez refletir em que tipo de professora eu quero me tornar, como e qual tipo de conteúdo vou levar para meus alunos, como posso contribuir para o desenvolvimento do meu aluno seja ele sem nenhuma deficiência ou com deficiência, é importante que façamos esses tipos de perguntas para nós mesmos, para quando tiver a frente de uma sala de aula, ver onde posso melhorar, e como posso ajudar meu aluno na construção de suas próprias ideias que serão de suma importância para sua vida dentro e fora da escola.

## REFERÊNCIAS

- BATALLA, Denise Valduga. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**, v.10. n.19. p.77-89, 2009.
- BRASIL, **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm) Acesso em: 01/11/2021
- BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Recurso Eletrônico, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL, **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. (1999). **DECRETO Nº 3.045, DE MAIO DE 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3045.htm#:~:text=a\)%20%22Estado%20Parte%22%20significa,Aeron%C3%A1utica%20Civil%20dos%20Estados%20Partes](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3045.htm#:~:text=a)%20%22Estado%20Parte%22%20significa,Aeron%C3%A1utica%20Civil%20dos%20Estados%20Partes). Acesso em: 03/08/2022
- BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Ministério Público do Trabalho**, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação: Equidade, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília; MEC. SEMESP. 2020.
- CACERES, Marcela Evelyn Serra Silva. **Educação Inclusiva: Concepções dos professores da rede regular de ensino**. 2009. Monografia (Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Educação Especial Inclusiva) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. São Paulo.
- CAVALCANTE, Marta Suely Alves et al. Educação inclusiva em tempos de pandemia. **Anais VII CONEDU-Edição Online. Realize Editora**, 2020.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. 164p. Disponível em:

[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf) acesso em: 24/11/2021.

Camãra Municipal de Vereadores Timbiras MA ; (2021). Disponível em: <https://camaratimbiras.ma.gov.br/> acesso em: 04/08/ 2022

CORRÊA, Luiza Andrade. Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. **São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes**, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. O Aluno com Deficiência e a Pandemia, 2020. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 05 de maio, 2021.

**Educação inclusiva: direito à diversidade, Documento Orientador**. Brasília: Seesp/MEC, **2005**.

GIL, Marta. Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?. São Paulo: Ashoka.2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GOLFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. A escola como espaço inclusivo. In.: **Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, p. 96, 1999.

GLAT, Rosana. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais / Rosana Glat, Marcia Denise Plestsch. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2011. 162p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e estados. (2021) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/timbiras.html>? acesso em: 10/07/2022.

LUSTOSA JÚNIOR, J. V. Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da Escola Nova no Brasil. **Teresina/PI: UFPI**, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, v. 7, 2008.

NASCIMENTO, Rosângela Pereira do. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Governo do Paraná, Londrina**, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

PICCOLI, Roberta. Educação inclusiva do aluno com necessidades especiais: desafios e perspectivas para os gestores. 2010.

Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. 404p. Disponível em: [https://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano\\_Nacional\\_de\\_Educacao\\_Linha\\_De\\_Base.pdf](https://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano_Nacional_de_Educacao_Linha_De_Base.pdf) acesso em: 24 de novembro, 2021.

RAPOLI, Edilene Aparecida et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva. 2010.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

SILVIA T. M. LANE WANDERLEY CODO (ORGS.) PSICOLOGIA SOCIAL O HOMEM EM MOVIMENTO &? Família, o indivíduo e as INSTITUIÇÕES emoção e ideologia José Roberto Tozoni Reis edição editora brasiliense, 1989.

## **APÊNDICE A- PESQUISA DIRECIONADA AO GESTOR(A) SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO.**

1 - Tempo de docência

2 - Qual sua formação acadêmica?

3 – Há quanto tempo você atua como gestora?

4 - Quantos alunos no total estão matriculados na escola?

5 - Quantos alunos com Deficiência estavam matriculados no ano de 2020 e quantos estão em 2021?

6 - No cenário atual da pandemia a escola está tendo apoio de algum outro órgão do governo ou do município para atender os alunos com deficiência?

7 - Como está sendo feito o acompanhamento dos alunos com deficiência dentro do ensino remoto?

8 - Quais as principais dificuldades enfrentadas para promover uma educação inclusiva, a partir do ensino remoto?

9 - A escola tem professores com formação específica para trabalhar com os alunos com deficiência?

10 - A escola realiza seminários que venham capacitar seus educadores para acompanhar os alunos com algum tipo de deficiência ou dificuldade no ensino remoto?

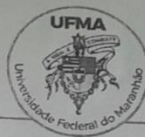
11 - Quais os projetos a escola tem desenvolvido para atender os alunos com deficiência no tempo de pandemia?

12 - Nesse período de pandemia existe algum projeto ou outra atividade que a escola realiza para integrar a família dos alunos com deficiência? Cite.

## APÊNDICE B- PESQUISA SOBRE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO.

- 1 – Qual sua Formação acadêmica?
- 2 – qual sua ocupação?
- 3 – Há quanto tempo atua como docente?
- 4 - Quais anos você esta lecionando?
- 5 - Quantos alunos têm na sua turma?
- 6 - Na sua turma tem alunos com deficiência?
- 7 - Durante a pandemia quantos alunos participam do ensino remoto?
- 8 - Durante o ensino remoto como que tem sido feito o acompanhamento dos alunos com deficiência?
- 9 - Dentro dos alunos que acompanham o ensino remoto tem algum aluno com deficiência?
- 10 - Você já trabalhou com alunos com deficiência?
- 11 - Você tem alguma formação específica para trabalhar com alunos com deficiência?
- 12 - Quais as dificuldades enfrentada para acompanhar os alunos com deficiência?
- 13 - Você recebe apoio da gestão da escola para promover uma educação inclusiva?

## APENDICE C – AUTORIZAÇÃO



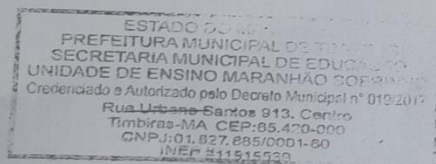
**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO  
MARANHÃO**

CAMPUS CODÓ

### AUTORIZAÇÃO

Eu, ZILCA BRITO DA SILVA CPF: 827292633-4 RG: 037239902009-4  
Gestora da UNIDADE ESCOLAR MARANHÃO-SOBRINHO na rua Urbano Santos nº 913,  
no Centro – Timbiras-MA, autorizo a aluna Cecília de Jesus Sousa Siva Costa, estudante do  
curso de Licenciatura em Pedagogia, UFMA – Codó a utilizar informações da referido Unidade  
Escolar, para a elaboração do seu trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora  
Cristiane Dias Martins da Costa.

Para maior clareza, firmamos o presente.



Timbiras 04 de 08 de 2022

Zilca Brito da Silva

Gestora da Unidade Escolar Maranhão-Sobrinho

a universidade que a gente quer

Av. Dr. José Anselmo, 2008, Codó/MA – CEP 65400-000  
Telefones – (98) 3272 - 9779 / 32272 - 9775  
E-mail: direção\_ufmacodo@ufma.br